

ENTRE VISTA DE Quinta

EDUARDO SCHIAVONI
redacao@jornalribeirao.com.br

O primeiro ano de gestão do Prefeito Ricardo Silva (PSD) em Ribeirão Preto foi marcado por desafios históricos e a adoção de medidas emergenciais. Em entrevista exclusiva ao Jornal Ribeirão, o chefe do Executivo municipal traça um panorama dos doze primeiros meses de mandato, abordando as prioridades iniciais, as obras que saíram do papel e as complexidades que a cidade ainda enfrenta. Silva detalha o enfrentamento a problemas crônicos, como a falta d'água e a insuficiência da rede de saúde, e explica as polêmicas envolvendo grandes projetos, como o Marista e o Instituto Federal.

O prefeito enfatiza a estratégia de gestão baseada em parcerias com os governos Estadual e Federal, que resultaram em investimentos multimilionários para a mobilidade urbana e a saúde. Com uma visão que transcende o mandato, o gestor reafirma o compromisso de planejar a cidade para as próximas décadas, buscando deixar um legado de infraestrutura e gestão mais eficientes. A seguir, os principais trechos da conversa:

JORNAL RIBEIRÃO: Senhor Prefeito, cite dois pontos positivos e dois negativos desse primeiro ano.

RICARDO SILVA: Ser Prefeito de Ribeirão Preto é o maior desafio e o momento mais feliz da minha vida. Estou muito contente com esta oportunidade. É evidente que, ao assumir a gestão pública, encontramos desafios que se arrastam e que precisam ser resolvidos. Meu governo olha sempre para frente.

Se eu puder apontar os primeiros acertos, destaco a solução de obras paradas, que geravam grande reclamação popular no centro de Ribeirão Preto, na Marcondes Salgado e São José. Conseguimos resolver, em tempo razoável, o problema na Avenida 9 de Julho, que estava intransitável há cinco anos. Outro ponto foi a grande demanda na Dom Pedro II, na questão do remodelamento do corredor de ônibus. Tomamos essa iniciativa rapidamente para dar sobrevida ao comércio local. Foram medidas emergenciais.

Outro desafio de início de governo foi a decisão de não construir o Centro Administrativo planejado pela gestão anterior. Optei por não realizar essa obra, pois não havia sido iniciada. Com essa decisão, remanejamos os recursos para projetos que fazem mais sentido para o novo governo. Entendi que construir o Centro Administrativo, com custo de R\$ 200 milhões, poderia ser substituído por alternativas com parcerias, muitas vezes a custo zero.

Quanto aos problemas?

Encontramos grandes desafios na Saúde. Hoje, temos quatro UPAs funcionando para uma população de 730 mil habitantes, o que é insuficiente. Por isso, estamos providenciando a UPA Central, que funcionará no próximo ano, e a do Ribeirão Verde, cujo prédio fica pronto em janeiro, com previsão de início de



O prefeito Ricardo Silva, de Ribeirão Preto, durante entrevista coletiva

‘Não tenho compromisso com o erro’

Prefeito de Ribeirão, Ricardo Silva (PSD) fala com exclusividade sobre realizações do primeiro ano e os planos para a sequência de seu governo

operação entre fevereiro e março de 2026, totalizando seis UPAs.

Na Infraestrutura, pegamos uma cidade com desafios. Quando assumi, havia apenas duas equipes para a roçada em canteiros centrais, o que era muito pouco. Isso ainda é um desafio, pela falta de estrutura da Secretaria, que trabalhou no primeiro ano com o orçamento da gestão passada. Mesmo assim, tentamos seguir ao máximo a Lei Orçamentária Anual e conseguimos dar um avanço nessa questão.

O que o senhor acha que faltou e o que pode melhorar?

A cidade tem muitas complexidades. Tenho consciência de que os problemas antigos não se resolvem da noite para o dia. Temos problemas em muitas áreas que se arrastam há 10, 15, ou 20 anos. Nosso compromisso é resolver ou minimizar esses problemas. A proximidade do governo com as pessoas é fundamental para iniciarmos processos de solução.

Posso citar a falta d'água, um problema seríssimo e histórico em Ribeirão Preto. Devido a questões de planejamento, a retirada da água do subterrâneo e a injeção direta na rede causam alta pressão, estourando a rede antiga, gerando vazamentos e a falta de água nos bairros. Nosso governo está mudando essa lógica: já entregamos um reservatório para que a água seja retirada, reservada e distribuída por gravidade. Temos

mais três em construção e novos poços. É um problema que demandará muito esforço.

Há desafios na Saúde e na Educação. Há muito trabalho pela frente. O primeiro ano foi agitado, mas está apenas começando.

Vamos analisar algumas questões específicas que geraram repercussão: o caso Marista, que teve a tramitação suspensa, e o Instituto Federal, que teve polêmica e críticas do Conppac sobre o rito de aprovação. Além disso, houve uma série de licitações que demoraram mais do que o previsto, adiando obras. Como analisa essas questões? O senhor acredita que será possível entregar todas essas obras no primeiro mandato?

Vamos aos pontos.

Sobre o Instituto Federal, a licitação é federal. O papel da Prefeitura foi político: conseguir o recurso e liberar judicialmente o local, o que resolvemos rapidamente. Se houve um desacordo de informações entre o órgão federal e o Conppac durante a licitação, isso é uma questão entre essas instâncias. A Prefeitura cumpriu sua parte. É uma obra importante. Falar em patrimônio histórico em um local totalmente degradado não condiz com a realidade, mas a preocupação do CONDEPHAAT é legítima.

Sobre o Marista, a situação é a seguinte: fui crítico ao plano de gastar R\$ 200 milhões em um novo prédio para a Prefeitura. Defendi permuta e parcerias. A possibilidade com o Marista surgiu quando a escola demonstrou interesse em mudar de região. Pedi uma análise a técnicos de carreira da Prefeitura, e os laudos demonstraram que o Marista vale mais do que o terreno, sendo vantajoso para o Município. O projeto seguiu para a Câmara, mas surgiram questionamentos sobre a avaliação.

Com tranquilidade, suspendi a tramitação e solicitei ao CRECI uma avaliação de mercado. Se o CRECI confirmar que o Marista vale mais do que o terreno, eu seguirei com o negócio. Se o CRECI demonstrar que o terreno vale mais, eu retiro o projeto, pois não tenho compromisso com o erro.

Se for vantajoso, teremos um Centro Administrativo no centro da cidade, a custo zero. Usaremos o Marista para levar secretarias, criando um “Poupatempo Municipal”, mantendo a estrutura arquitetônica e colocando o povo para dentro, com atividades esportivas e culturais.

Sobre as licitações que demoraram, como a de publicidade, ela seguiu o trâmite normal. Licitações têm prazos legais, incluindo recursos e questionamentos, o que leva tempo. Não houve óbice, apenas o trâmite regular. O mesmo se aplica à UPA Central. A licitação está no mercado, aberta à concorrência. Na administração pública, existem burocracias que não existem na iniciativa privada.

E para 2026, as obras devem caminhar mais rapidamente?

É natural que o primeiro ano de governo seja de planejamento para os demais. No Rubens Cioni, por exemplo, iniciamos uma obra que ninguém fez nos últimos 30 anos. Tem fase 1, fase 2, projeto, licitação, o que leva tempo. Mas o fato é que estamos atacando temas que historicamente ninguém teve coragem de iniciar.

Outro exemplo é a obra da Via Leste e Via Oeste, a mais complexa e difícil, que cortará a cidade com um novo eixo de mobilidade. É um projeto corajoso, pois envolverá desapropriações. Eu quero planejar a cidade para os próximos 30, 40, 50 anos, para a história, e não apenas para o meu governo eleitoral.

Sobre a entrega das obras, é claro que o planejamento de grandes obras como a Via Leste e o Novo HC ultrapassa o mandato. Minha função é iniciar, garantir os recursos e deixar a cidade planejada para o futuro.

Uma última questão: as ações judiciais da Prefeitura contra Hágara do Pão de Queijo. Ele insiste que há utilização política das instituições de fiscalização para uma reprimenda política. Como analisa isso?

Sinceramente, eu não conheço o Hágara e não comento sobre quem sequer conheço. Se existem ações contra ele, e se a Prefeitura as moveu, é porque, de fato, deve haver alguma irregularidade com algum órgão municipal.